

Bandeira da FUP, isenção do IR sobre PLR entra na pauta do governo

Na manifestação da CUT durante o Primeiro de Maio, o ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, anunciou a disposição do governo de ampliar a faixa de isenção de imposto de renda sobre a PLR dos trabalhadores. “Falta chegarmos a um número que possibilite acordo entre governo e centrais”, antecipou o ministro. Em reunião com as centrais sindicais na quinta-feira (03), a presidenta Dilma determinou que Gilberto Carvalho e o novo ministro do Trabalho, Brizola Neto, discutam no próximo dia 08 esta questão e as demais pontos de pauta dos trabalhadores, como fim do Fator Previdenciário, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, ratificação da Convenção 151 da OIT (que garante o direito à negociação coletiva no setor público), terceirização, entre outros.

Diferentemente do que acontece com os dividendos pagos aos acionistas, a participação

dos trabalhadores nos lucros das empresas é tributada acima de R\$ 1.566,62, numa variação de 7,5% a 27,5%. A reivindicação dos sindicatos é de que os valores até R\$ 20 mil sejam isentos da cobrança de imposto de renda, assim como acontece com os dividendos pagos aos acionistas. O fim da tributação sobre a PLR é uma bandeira histórica da FUP e de outras categorias, como bancários, metalúrgicos, químicos e urbanitários, que, desde o ano passado, têm se mobilizado em manifestações públicas, no Congresso Nacional e em negociações da CUT e demais centrais com o governo.

Enquanto isso, na Petrobrás...

A FUP tornou a cobrar da Petrobrás a apresentação de uma proposta para quitação da PLR 2011 e também a retomada das negociações com a empresa para regramento das PLRs futuras. Em seminário nacional

realizado no dia 30 de março, a FUP e seus sindicatos avaliaram que a proposta de regramento apresentada pela Petrobrás não atende à categoria. Nos seminários regionais que estão aprofundando o debate sobre PLR com os trabalhadores, os sindicatos têm reiterado a necessidade de se definir regras claras e democráticas para distribuição dos lucros construídos pela categoria.

Em reunião com a Petrobrás, no final de março, a FUP questionou vários pontos da proposta de regramento apresentada pela empresa. Além do teto desconsiderar o patamar previsto pelo DEST de 25% sobre os dividendos pagos aos acionistas, a Petrobrás não garante um piso para a PLR e piora a atual forma de distribuição. A FUP quer retomar imediatamente as negociações com a empresa, com base na proposta dos trabalhadores, que foi aprovada nas assembleias.

A batalha contra a especulação financeira só está começando

As recentes medidas tomadas pela presidenta Dilma, visando a redução dos juros, são o início da “contagem regressiva para o fim do reinado do sistema financeiro sobre os governos”, como ressalta João Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT, em entrevista que reproduzimos no portal da FUP (www.fup.org.br). “Cresce no Brasil e no mundo a consciência de que a saída para a crise passa pela regulação do sistema financeiro, pelo fortalecimento do protagonismo do Estado, do seu papel indutor com políticas públicas que garantam um desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda e valorização do trabalho”, declara o sindicalista, destacando as bandeiras de luta da classe trabalhadora organizada.

A FUP e seus sindicatos sempre lutaram e

continuam lutando por um país soberano, democrático e com justiça social. Para isso, é fundamental que o governo enfrente o capital financeiro, como tem feito a presidenta Dilma ao reduzir a taxa Selic, baixar os juros dos dois maiores bancos públicos do país (BB e CEF), criticar veementemente a ganância dos banqueiros e, mais recentemente, alterar as regras da poupança. Ainda assim, o Brasil continua sendo o país com a maior taxa de juros do mundo! Portanto, precisamos intensificar a luta para que as medidas contra a especulação financeira sejam aprofundadas.

A CUT, a CTB e outras centrais sindicais têm tido um papel preponderante na batalha contra os juros e o capital especulativo. As recentes medidas anunciadas pelo governo não seriam possíveis se não fossem as mo-

bilizações constantes dos trabalhadores e movimentos sociais. Desde 2005, a CUT vem aprofundando o debate sobre um projeto de desenvolvimento para o país que pressupõe o fortalecimento do mercado interno, maior investimento público nas políticas sociais e na infraestrutura.

O fortalecimento do Estado, a regulação do sistema financeiro e a reforma tributária são fundamentais na construção de políticas públicas e de desenvolvimento que estruturam o país de forma a reduzir cada vez mais o fosso entre os que tudo têm e os que nunca nada tiveram. Nas últimas décadas, o setor financeiro obteve lucros exorbitantes no Brasil. Já passou da hora de reverter esse quadro a favor da população para que tenhamos de fato um país para todos.

Petroleiros na luta por segurança

Dando continuidade às mobilizações em memória das vítimas de acidentes e doenças do trabalho, os Sindipetros Norte Fluminense e Paraná/Santa Catarina realizaram na última semana atos denunciando as condições inseguras de trabalho que expõem os petroleiros a riscos constantes de acidentes. Na Bacia de Campos, as atividades do Primeiro de Maio foram marcadas por manifestações dos petroleiros nos aeroportos de Macaé e Cabo Frio, assim como no heliporto de Farol de São Tomé, em Campos. O Sindipetro realizou esquetes com o tema da campanha “Tire a mordaca”, que incentiva os trabalhadores da região a denunciarem os problemas em suas unidades, sem

medo de represálias por parte das gerências. Saiba mais: www.tireamordaca.com.br

No Paraná, o Sindipetro realizou um protesto no último dia 30, na Repar, com atrasos de duas horas na entrada dos trabalhadores do turno e do administrativo. A manifestação foi feita em conjunto com o Sindiquímica-PR, que denunciou também as práticas antissindicais dos gestores da Vale Fertilizantes, bem como os riscos em função do quadro reduzido de trabalhadores, problemas similares aos que os petroleiros enfrentam na Repar.

Mais um acidente na Rlam

No último dia 03, um técnico de operação da Rlam sofreu uma escoriação na cabeça e queimaduras no pescoço e tórax, quando manusea-

va uma mangueira de água/vapor. Foi o sétimo acidente com afastamento na refinaria nos últimos três meses. Essa e outras situações de riscos nas unidades do Sistema Petrobrás na Bahia estão sendo constantemente denunciadas pelo Sindipetro. Entre os dias 09 e 11 de maio, o sindicato participa da Sipat da UO-BA ativo Sul, onde convocará os trabalhadores a denunciar as situações de risco, explicando as principais conquistas do ACT referentes a SMS, entre elas o Direito de Recusa. Desde 2007, os dirigentes sindicais petroleiros têm participado da Sipat do ativo Sul da UO-BA. Na última edição do Primeira Mão, erramos ao publicar que essa será a primeira vez que o sindicato participará da Sipat.

Embarque de dirigentes sindicais fortalece as CIPAs nas plataformas

No Primeiro de Maio, mais oito diretores do Sindipetro-NF embarcaram para acompanhar as reuniões das Cipas nas plataformas da Bacia de Campos. Foi a segunda rodada de embarques na região. No último dia 19, outros diretores do sindicato embarcaram para participar da posse das Cipas em nove plataformas. Essa é uma importante conquista

do ACT, que garante a realização de três embarques por ano de dirigentes sindicais em cada CIPA de plataforma, o que representa cerca de 150 embarques somente na Bacia de Campos.

Essa conquista configura-se como mais uma frente de luta em defesa da vida e por um basta aos acidentes de trabalho, pois valoriza a Cipa

como instrumento de combate à insegurança e ajuda a consolidar a cultura de que está nas mãos dos trabalhadores a responsabilidade de produzir informação confiável para subsidiar a ação sindical e denunciar os riscos e irregularidades aos órgãos fiscalizadores. Outros embarques na Bacia de Campos ocorrerão nos dias 5 de junho e 3 de julho.

Governo lança Plano para reduzir doenças e acidentes de trabalho

No último dia 27, o governo lançou o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho com o objetivo de assegurar melhores condições de trabalho, diminuindo os riscos de doenças e acidentes. Elaborado por uma Comissão Tripartite, com representantes dos trabalhadores, empregadores e governo, o Plano é dividido em oito eixos, com estratégias e ações para atender as diretrizes contidas na Política Nacional de Segurança e Saú-

de no Trabalho, sancionada pela presidenta Dilma em dezembro do ano passado. A Comissão Tripartite também terá a responsabilidade de fiscalizar a implementação do Plano, tendo autonomia para modificar suas ações prioritárias.

“Entre as principais ações, estão a inclusão de conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e segurança no trabalho no currículo do ensino fundamental e médio da rede pública

e privada, adoção de medidas especiais para atividades com alto risco de doença e acidentes e a criação de um banco de dados geral que vai além dos números oficiais do Ministério da Previdência que abrange somente os trabalhadores celetistas”, ressalta Dary Beck, diretor da FUP e da Executiva da CUT, que representou a Central na Comissão, onde foi coordenador da bancada dos trabalhadores.

Soberania

Bolívia nacionaliza empresa de energia

No Dia do Trabalhador, o presidente da Bolívia, Evo Morales, nacionalizou as ações da empresa Transportadora de Eletricidade (TDE), que é responsável por 73% das linhas de transmissão de energia do país. Apesar de estratégica para o povo boliviano, a empresa tinha 99,94% de seu capital sob controle da Rede Elétrica Espanhola e os outros 0,06% nas mãos de seus trabalhadores. O governo Morales retomou o controle do Estado sobre os setores de telecomunicações, hidrocarbonetos e companhias de geração de energia elétrica.

Reestatização da YPF agora é lei

Na quinta-feira, 03, a Câmara de Deputados da Argentina aprovou por ampla maioria o projeto de expropriação de 51% das ações que a empresa espanhola Repsol possuía YPF. A partir dessa decisão, o Estado retoma o controle da petrolífera, após vinte anos de privatização. A decisão do governo argentino de renacionalizar a YPF foi divulgada no dia 16 de abril. No dia 26, o Senado aprovou o projeto de lei, que foi encaminhado à Câmara, onde também foi aprovado por 207 votos a favor, 32 contra e 06 abstenções.

Venezuela proíbe terceirização e amplia direitos trabalhistas

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sancionou a nova Lei Orgânica do Trabalho (LOT), que avança na garantia de benefícios e adota novas medidas de proteção à família e ao emprego. Com 554 artigos, a nova lei põe fim às terceirizações, acabando com as “empresas intermediárias” e estabelecendo prazo de três anos para que as empresas contratantes absorvam os trabalhadores terceirizados. A legislação também altera jornada de trabalho para 40 horas semanais, incentiva a estabilidade no emprego, multando em dobro os empregadores que demitirem sem justa causa, fixa a licença pré-natal em seis semanas e a pós-natal em 20 semanas, garante licença paternidade de 14 dias, estende a dois anos a garantia de emprego para os pais e mães, entre outras garantias.

Edição 1034 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21) 3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo MTB 20478 Diretoria responsável por esta edição: Anselmo, Caetano, Chicão, Daniel, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Marlúzio, Moraes, Paulo César, Silva, Simão, Ubiraney, Zé Maria